

As mulheres em “A Semana”, de Machado de Assis (1892-1893)

DANIELA MAGALHÃES DA SILVEIRA*

A proposta de Machado de Assis para comentar a semana

Ao longo da carreira de Machado de Assis como colaborador de diferentes jornais e revistas fluminenses, podemos observar como, em momentos específicos, havia maior dedicação a algum gênero literário em detrimento de outro. Logo que começou a participar do corpo de redatores do *Jornal das Famílias* (1864-1878), escreveu uma enorme variedade de contos e, na primeira metade da década de 1880, dedicou-se à elaboração daqueles que dariam origem a duas de suas coletâneas: *Papéis avulsos* (1882) e *Histórias sem data* (1884). Enquanto preparava uma história depois da outra, seguindo o ritmo e a demanda dos periódicos, desenvolvia seu modo próprio de compreender e expressar ideias por meio daquela forma de escrita. Nos anos em que redigiu “A Semana”, Machado de Assis voltou seus esforços de modo intenso à sua escrita, publicando apenas alguns contos esparsos e, segundo José Galante de Sousa, deve ter dado início, em 1896, à preparação de seu *Dom Casmurro* (SOUSA, 1955:665). Sendo assim, quando assumiu a função de cronista da semana, na *Gazeta de Notícias*, passou a explorar tudo aquilo que esse gênero, tantas vezes menosprezado por seus próprios praticantes, poderia oferecer. No entanto, antes disso, Machado já havia escrito várias outras séries de crônicas¹. “A Semana” foi apenas a última delas, publicada entre 24 de abril de 1892 e 28 de fevereiro de 1897. Foi criada para ocupar as primeiras colunas da página de abertura do jornal e apareceu quase sem nenhuma interrupção. Seu autor poderia, desse modo, recorrer à experiência anterior como cronista da própria *Gazeta* e de outros periódicos, e ainda aprimorar, no decorrer da série em questão, o ofício de comentar a semana.

* Professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Doutora em História Social da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa financiada pelo CNPq (projeto “Diálogos impressos”).

¹ A primeira série de crônicas publicada por Machado de Assis foi os “Comentários da semana”, do *Diário do Rio de Janeiro*. Neste mesmo jornal, saíram também àquelas intituladas “Ao acaso”. Machado ainda escreveu, para *O Cruzeiro*, as “Notas semanais” e, para a *Ilustração Brasileira*, as “História de quinze dias” e “História de trinta dias”. Na *Semana Ilustrada*, apareceu a série coletiva “Badaladas”, que contou com a participação de nosso literato, embora ainda não se saiba até hoje quais dentre aqueles textos são de Machado. Ao contrário, as “Balas de Estalo”, da *Gazeta de Notícias*, que também contou com a participação de vários cronistas, já sabemos que aquelas assinadas pelo pseudônimo Lélío, pertenciam a Machado de Assis.

Com a publicação de “A Semana”, Machado de Assis seguia certa tradição já consolidada, nos diários daquela época, de, aos domingos, apresentar uma espécie de balanço da semana passada. A própria *Gazeta*, antes da aparição dessa série, contou com artigos que seguiam o mesmo molde e cumpriam igual função, publicados, num primeiro momento em seu rodapé e, depois, nas suas colunas iniciais. Aliás, eram os “Comentários da Semana”, de Demerval da Fonseca, que tomavam conta daquele espaço, antes que Machado de Assis assumisse tal função. Quando a nova série começou a ser publicada, a *Gazeta de Notícias* mantinha outras colunas, que apareciam com certa regularidade, como “Jornais e...”, “Teatros e...”, “Omnibus” e a “Crônica do dia”, que começou a ser publicada quase no mesmo momento de “A Semana”, em 21 de abril de 1892. O lugar ocupado por cada uma delas variava entre a primeira e a segunda página, de modo que sobrava espaço para as notícias do dia, e para “Estados”, “Telegramas”, “Correspondência”, “Parte jurídica”, “Avisos”, “A pedidos”, “Declarações”, “Folhetim” e uma vasta parte reservada para os anúncios e propagandas, num total de seis páginas. O conhecimento a respeito da organização desse jornal é importante, na medida em que Machado de Assis buscava ali mesmo material para discutir com os seus leitores e leitoras, por meio de uma linguagem diferenciada.

A primeira crônica da série

Quando Demerval da Fonseca abandonou o cargo de cronista da semana, a *Gazeta de Notícias* não deveria estar preparada para substituí-lo. Caso contrário, o jornal não teria passado quase todo o mês sendo obrigado a cobrir o espaço vazio, recorrendo ao recurso de colocar um “cronista interino”, no dia 10 de abril. Por outro lado, contava com o nome de Machado de Assis entre seus colaboradores. Um literato de carreira invejável, que acabara de reescrever e publicar o romance *Quincas Borba*, no final do ano anterior, e que andava a escrever apenas um ou outro conto para a própria *Gazeta* e para *A Estação*. Não sobraram indícios sobre como aconteceu o acerto entre Machado e o jornal, para que a nova função fosse ocupada. O que se sabe é que em 24 de abril aparecia a primeira crônica de uma nova série, que, embora não trouxesse qualquer indicação a respeito de suas pretensões, também não afirmava estar ali apenas para ocupar o espaço de modo provisório.

A semana que antecedeu a estreia da última série de crônicas de Machado foi marcada por dois eventos importantes, discutidos pela *Gazeta* em mais de um artigo. Em 21 de abril, celebravam-se os cem anos do enforcamento de Tiradentes e, no dia anterior, ocorrera a eleição para senador da Capital Federal. Segundo relatava o jornal do dia 22, para as comemorações em torno do novo herói do país, algumas instituições prepararam vários festejos. Inauguraram-se monumentos, e seus responsáveis procuravam frisar que Tiradentes morrera tentando libertar o Brasil da Metrópole e implantar a República (*Gazeta de Notícias*, 22 de abril de 1892). Em contraposição a essa fala, a *Gazeta* já tinha publicado outro artigo, ressaltando que os estudos a respeito desse personagem histórico haviam ganhado força apenas nos últimos 30 anos, assim como o maior reconhecimento da população (*Gazeta de Notícias*, 21 de abril de 1892). Junto a isso, ainda deixava claro o fato de Tiradentes ser um herói mineiro, que não estava preocupado com as outras partes do país – “a sorte de Pernambuco ou do Maranhão, por exemplo, interessava-o tanto como a de Benguela ou Moçambique”. Reconhecia assim que sua importância estaria, na verdade, apenas em ter inspirado os republicanos do final do século XIX².

A outra questão que mais rendera comentários ao longo da semana também aparecia cheia de controvérsias. A eleição para o preenchimento da vaga de senador, deixada por João Severiano da Fonseca, servia de motivação para aqueles que usavam o espaço de “A pedidos” e expressavam suas opiniões, além dos próprios candidatos que se apresentavam aos eleitores. Nesse sentido, certo José Augusto Vinhaes dizia-se “coerente com as doutrinas socialistas” e dava ampla liberdade “a cada um para, no sufrágio que hoje se efetua, pronunciar-se como entender; na certeza de que, de seu ato, insignificante ou nenhum será o efeito que redundará em bem do programa ao qual nos achamos vinculados” (*Gazeta de Notícias*, 21 de abril de 1892). A divulgação do resultado dessas eleições desnudava o baixo número de eleitores que se apresentaram às urnas para cumprir seu dever de cidadão. Por isso, logo após o conhecimento do vencedor – Aristides Lobo – apareceu, na primeira coluna da *Gazeta* e em destaque, artigo que revelava como a ausência da população responsável por eleger seus representantes provocara opiniões diferentes entre os próprios colegas do redator (*Gazeta de Notícias*, 22 de abril de 1892). Depois chamava atenção dos eleitores para o fato de que, ao

² Sobre a batalha em torno da escolha de Tiradentes como herói para a República, ver José Murilo de Carvalho. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

não comparecerem ao pleito, deixaram “a revelia a escolha daqueles que tem de fixar o imposto e gerir a administração pública”. Um pouco mais adiante alfinetava o governo, afirmando que “urnas e espadas não foram feitas para andar juntas”. Por fim, solicitava que a vida nacional fosse colocada em seu “verdadeiro eixo, dando ao povo o seu governo, e restituindo a força armada às suas nobres e legítimas funções”.

Qualquer crônica que fosse escrita nessa semana precisaria passar por essas duas questões. Por sua vez, cada autor poderia escolher qual a melhor fórmula de abordagem, seja do ponto de vista político ou quanto à maneira de organizar as ideias no papel. Ao começar a série, Machado de Assis abriu mão de usar o primeiro artigo para apresentar suas propostas, conforme outros cronistas faziam. Quando finalizasse a leitura, o leitor ou leitora também não encontraria registro relativo à autoria, seja um pseudônimo ou o nome próprio do literato. Isso, no entanto, não pode ser visto como impedimento para a construção de um narrador ou autor ficcional que possuía opiniões e vida própria, em alguma medida, independentes daquela levada pelo escritor Machado de Assis. Dessa maneira, logo no primeiro parágrafo, o narrador da série revelava que, na segunda-feira da semana passada (ou seja, o primeiro dia ao qual a crônica deveria se referir), havia acordado cedo e se proposto um “problema”. Com a escolha dessa palavra e não de “charada”, por exemplo, chamava atenção para o quanto importava um tom mais pomposo, para excitar a atenção daqueles que o acompanhavam por meio da leitura. Nessa crônica, a necessidade de oferecer cores vibrantes às relações pessoais serviu de orientação ao longo de todo o texto, mesmo quando passava para outro assunto. Enquanto argumentava sobre a opção por determinada expressão em detrimento de outra, aproveitou-se para levantar um dos temas da semana ou o primeiro exemplo de que “tudo pede certa elevação”: Tiradentes. O cronista comentava a necessidade de festejar o “centenário do grande mártir”, em benefício do patriotismo de seus contemporâneos. Segundo os jornais e a própria *Gazeta*, vários haviam sido os festejos preparados por causa da data. Mesmo assim, o narrador fazia a seguinte observação, de forma seca: “A capital portou-se bem”. Isso deixa entrever que talvez pouco interesse houvesse sido despendido da parte dos moradores da então capital federal, os quais provavelmente ficaram em casa e não se juntaram aos organizadores da festa. Depois disso, questionava a razão de eleger apenas Tiradentes e não todos os outros inconfidentes como motivo de celebração. Suas conclusões são as de que

Tiradentes merecia a posição, porque pagou sozinho a pena de ser enforcado e, como a Inconfidência não venceu, a história reservou-lhe esse papel principal, caso contrário “os cargos iam para os outros conjurados, não para o alferes”. A escolha dessa forma de abordagem colocava em pauta a construção do mito, do herói que alguns republicanos insistiam em adotar para o país e estabelecia um diálogo direto com o artigo publicado no último dia 21, que debatia a importância do personagem histórico para o país.

O único problema na escolha de Tiradentes como herói estava na sua alcunha. Afinal de contas, como “tudo pede certa elevação”, só o tempo poderia socorrê-los, transformando o alferes em cirurgião-dentista e, quem sabe, não sobraria apenas cirurgião. Nesse ponto, o narrador parava e buscava outro exemplo: um caso acontecido fazia alguns anos, em que o noivo insistia em adiar o casamento, porque antes queria o título de agrimensor, que, na roça onde morava, equivalia ao de doutor. Desse ponto estava a menos de um passo do “caso eleitoral”, ou seja, “se a ausência de tão grande parte do eleitorado na eleição do dia 20 quer dizer descrença, como afirmam uns, ou abstenção como outros juram”. A importância dessa dúvida residia no fato de que a descrença não dependia da vontade do eleitor, enquanto a abstenção consistia num cálculo. Por mais de uma vez, a construção da crônica de Machado organizava-se em consonância à folha. Sem decidir sobre a motivação dos eleitores para o não comparecimento, seu suposto autor contava aos leitores um pouco sobre sua vida e experiência. Mostrava-se como cidadão que foi à sua seção, mas encontrou-a fechada e com a urna na rua. Os cinco eleitores que também apareceram não puderam exercer seu direito, por causa da ausência dos mesários. Para que a votação ocorresse, a figura de alguém que tivesse o “título” de mesário configurava-se como algo indispensável, não bastando apenas a presença dos eleitores. A questão que perpassava toda aquela primeira crônica parece ser a importância de distinções pessoais, afinal de contas “tudo pede certa elevação”: para o cronista prender a atenção dos leitores, Tiradentes ser reconhecido como herói nacional, um noivo deixar-se guiar ao altar, ou ainda para os eleitores exercerem o direito de cidadania³.

Depois dessa primeira crônica, Machado de Assis retornou nas semanas seguintes. Sempre comentando as principais notícias publicadas nos jornais fluminenses e mostrando a

³ De acordo com análise de John Gledson, para essa primeira crônica, o tema primordial discutido por Machado de Assis relacionava-se a certo patriotismo do literato, mesmo num contexto desfavorável. Ver, GLEDSON, John. “O patriotismo de Machado de Assis: uma crônica de 1892”. In: *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

importância dos títulos para a consolidação do novo regime político. Desse modo, no dia 1º de maio de 1892, começava fazendo referência à reforma urbana, gerenciada pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Barata Ribeiro, e terminava com uma das questões mais comentadas ao longo daquela semana: a República Transatlântica de Mato Grosso. Este problema apareceu tanto nessa crônica como na posterior, publicada no dia 8 de maio de 1892. Na *Gazeta de Notícias*, as informações acerca dos últimos acontecimentos em Mato Grosso, sugeriam a falta de conhecimento a respeito daquilo que realmente se passava naquele estado. Na tentativa de solucionar as dúvidas, a *Gazeta* publicou um artigo que reafirmava o grande interesse suscitado pela questão e indicava os motivos da revolução (*Gazeta de Notícias*, 8 de maio de 1892). O descontentamento remontava o início do governo republicano, quando as eleições para a presidência daquele Estado foram anuladas. Ao lado disso ainda havia grande insatisfação por causa de algumas medidas tomadas pelo presidente Dr. Manuel Murinho. Embora esse tenha sido deposto, o governo federal interferiu na tentativa de colocá-lo novamente no poder. A oposição insatisfeita, a partir desses acontecimentos, promoveu a rebelião, a qual teria como finalidade separar o Mato Grosso do restante do país. Quando escreveu sua crônica, Machado de Assis comentava essa questão frisando outros detalhes. Primeiro fazia referência aos comentários feitos por folhas estrangeiras, especialmente por causa do interesse da Argentina e da Inglaterra naquele território. Depois mostrava os significados da preferência pelo título de presidente ao de governador para definir o responsável pela gerência dos Estados brasileiros (*Gazeta de Notícias*, 8 de maio de 1892). Uma questão presente nesse início de escrita dessa série de crônica parece ser, portanto, aquela relacionada aos cargos e títulos republicanos. O literato acabava frisando como as mudanças eram muito mais lentas do que o afirmado pelas aparências. Mudavam-se os nomes dos cargos, mas as arbitrariedades dos seus ocupantes eram mantidas.

As mulheres em “A Semana”

A quarta crônica de “A Semana” foi publicada no dia 15 de maio de 1892 e começava levantando um daqueles que havia sido o principal tema discutido ao longo da semana passada:

Não há Congresso Nacional, não há festa de Treze de Maio, que resista a uma adivinhação. A sessão legislativa era esperada com ânsia e será acompanhada com

interesse. A festa de Treze de Maio comemorava uma página da história, uma grande, nobre e pacífica revolução, com este pico de ser descoberta uma preta Ana ainda escrava, em uma casa de S. Paulo. Após quatro anos de liberdade, é de lhe tirar o chapéu. Epimênides também dormiu por longuíssimos anos, e quando acordou já corria outra moeda; mas dormia sem pancadas. A preta Ana dormiu na escravidão, não sabendo até ontem que estava livre; mas como o sono da escravidão só se prolonga com a dormideira do chicote, a preta Ana, para não acordar e saber casualmente que a liberdade começara, bebia de quando em quando a miraculosa poção. O caso produziu imenso abalo; o telégrafo transmitiu a notícia e todos os nomes.

As formas como seriam celebradas a assinatura da Lei Áurea foram comentadas em diversas colunas da *Gazeta de Notícias*, ao longo daquela semana. Primeiro, houve uma tentativa dos jornais da capital federal se organizarem e publicarem um suplemento comum que seria distribuído no dia 13 de maio. No entanto, acabaram desistindo desse empreendimento. Depois, nos dias 11 e 12 de maio, apareceram indicações sobre como deveria ser a festa do dia 13: preparava-se uma parada militar semelhante aquela que se fazia por ocasião da comemoração da independência do Brasil, em 7 de setembro. Além disso, ainda haveria coroa de louros no túmulo do Visconde do Rio Branco, coreto na Praça Onze de Junho e ruas enfeitadas pela população. Apesar de toda essa mobilização, o jornal do dia 14 de maio noticiava que o povo não havia comemorado a data. Na verdade, havia uma movimentação no sentido de apagar da memória do país a existência do regime escravista. Segundo afirmações de um articulista da *Gazeta de Notícias*, “quatro séculos quase dominou a escravidão sobre o Brasil. Não há mais de quatro anos que dela ficamos livres. Entretanto, parece que a liberdade data por séculos e que a escravidão não passou de um pesadelo e de um eclipse” (*Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1892). Essa tentativa acabou sendo abalada com a publicação do caso da preta Ana. A notícia foi publicada no jornal de sábado, dia 14 de maio de 1892, nos “Telegramas”. De São Paulo, vinha à informação de que a família Ramalho ainda possuía em sua residência uma “preta de nome Ana”. A escrava “vivia em casa de sua senhora, quase incomunicável e quando a família saía à rua, Ana ficava presa num quarto”. Assim que foi encontrada, depois de uma denúncia feita à polícia, a mulher declarou “ser bem tratada por sua senhora”. Depois, no entanto, afirmou que “desconhecia a liberdade, que ainda se julgava escrava, que sofria castigos de seus senhores, quando não obedecia às

suas ordens”. Aquele incidente, em plena movimentação em torno do aniversário da assinatura da lei que havia colocado fim à escravidão no país, parecia contrariar os desejos de que desejava jogar para longe a memória dos “quatro séculos” do regime escravista. Na verdade, aquilo tudo ainda estava tão presente na vida das pessoas que era possível encontrar uma escrava, num ambiente urbano, vivendo sob as ordens de alguém que trabalhava na secretaria da Câmara dos Deputados e, portanto, sabia muito bem que a escravidão já havia sido abolida.

O narrador de “A Semana” selecionou aquele acontecimento como o ápice das celebrações em torno do dia 13 de maio. Essa foi a primeira vez que uma situação ocorrida com alguma mulher fora contada por Machado de Assis naquele espaço. Ao contrário daquilo que ocorria em suas participações e de outros literatos em periódicos dirigidos ao público feminino, a série não fazia referências rotineiras às leitoras ou às supostas preferências femininas ou situações ocorridas com mulheres. Assim como a *Gazeta de Notícias*, “A Semana” tentava ampliar o círculo de leitores, alcançando tanto o sexo feminino como o masculino. Para tanto, ao noticiar um fato ocorrido com uma mulher, o jornal e a crônica pareciam interessados em desvendar a possibilidade de burlar a lei, em denunciar os “senhores” daquela escrava e também em reproduzir as falas da própria escrava. Na crônica, parece haver um movimento no sentido de embaralhar aquilo que fazia parte do público – o Congresso Nacional e a festa do Treze de Maio – com o privado. Como, de modo geral, àquela época, às mulheres eram reservados os espaços da casa, aquele veio como o melhor momento para também inserir esse outro sexo nas histórias contadas em “A Semana”.

Outra ocorrência envolvendo uma mulher fora noticiada na crônica de 26 de junho de 1892. Dessa vez, não ganhara o mesmo destaque, conforme acontecera com a preta Ana. Servia apenas para comentar sobre o sequestro de duas moças. Cabe ressaltar, no entanto, como a presença feminina em “A Semana” parecia vinculada a situações de violência. Isso ficou ainda mais evidente, quando o assassinato de Maria de Macedo ganhou espaço em duas semanas, nas crônicas de 25 de setembro de 1892 e depois novamente naquela de 26 de fevereiro de 1893. A primeira crônica começava com dois esclarecimentos a respeito de comentários feitos pelo cronista na semana anterior: um deles dizia respeito ao posicionamento dele diante da imigração chinesa e o outro se referia a uma correção indicada

por um articulista do *Jornal do Commercio*. Depois disso, finalmente aparecia o principal acontecimento comentado por todos os jornais fluminenses: encontraram, no Largo do Depósito, o tronco de uma mulher. Isso acabou gerando uma série de especulações e narrativas com um forte tom ficcional bastante apreciado àquela época. Na crônica de 26 de fevereiro, isso aparecia de forma bastante clara:

A organização social podia ser dispensada. Entretanto, é prudente conservá-la por algum tempo, como um recreio útil. A invenção de crimes, para serem publicados à maneira de romances, vale bem o dinheiro que se gasta com a segurança e a justiça públicas. Algumas dessas narrativas são demasiado longas e enfadonhas, como a Maria de Macedo, cujo sétimo volume vai adiantado; mas isso mesmo é um benefício.

É interessante, portanto, observar como a escrita da série “A Semana” se diferia da participação de Machado de Assis em jornais e revista dirigidos ao público feminino. As crônicas da *Gazeta de Notícias* pareciam mais interessadas em noticiar aquilo que ocorria no espaço público. Talvez por isso, os comentários em que envolviam situações de violência contra as mulheres tenham prevalecido.